

**ATA 1837ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**



Conselho Regional  
de Psicologia SP

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail info@crpsp.org.br  
website www.crpsp.org.br

1 Aos onze dias do mês de abril de dois mil e quinze, às nove horas e quarenta  
2 minutos, realizou-se a milésima octingentésima trigésima sétima reunião Plenária  
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua  
4 Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 19 conselheiras/os, sendo  
5 essas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Adriana Eiko Matsumoto,  
6 Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria de  
7 Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Joari Aparecido Soares  
8 de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Maria  
9 Ermínia Ciliberti, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario  
10 Henrique Teófilo Schezzi, Jonathas José Salathiel da Silva, Livia Gonsalves Toledo,  
11 Maria das Graças Mazarin de Araújo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso e  
12 Sandra Elena Sposito. Também estiveram presentes o gestor da Subsede de Assis,  
13 Edgar Rodrigues e a gestora da Subsede de Sorocaba, Rosana Cathya Ragazzoni  
14 Mangini, conforme lista de presença anexa que é parte integrante desta ata.

15 **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativa de Ausências** - Foram  
16 consideradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Janaína  
17 Leslão Garcia, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Marília Capponi, Moacyr Miniussi  
18 Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Gustavo de Lima Bernardes Sales,  
19 Regiane Aparecida Piva, Sergio Augusto Garcia Júnior e Silvio Yasui. **1.2)**  
20 **Financeiro** – A conselheira tesoureira Gabriela Gramkow informa ao plenário que o  
21 CRP SP possui um saldo de R\$ 22.350.622,00 (vinte e dois milhões, trezentos e  
22 cinquenta mil, seiscentos e vinte dois reais) em conta bancária. A arrecadação  
23 representa 54% do previsto, totalizando R\$ 16.709.943,00 (dezesesseis milhões,  
24 setecentos e nove mil, novecentos e quarenta e três reais). Até o momento,  
25 somam-se 2933 novas inscrições, 1413 cancelamentos e 234 reativações. A Dívida  
26 Ativa equivale a R\$ 1.022.897,00 (um milhão, vinte e dois mil, oitocentos e noventa  
27 e sete reais), sendo 33% do previsto. Concernente à verba destinada para apoios,  
28 estão orçados para o exercício de 2015, R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil  
29 reais) e deste valor, foram gastos até o momento 19.000,00 (dezenove mil reais)  
30 em ações. Ao final, deu conhecimento ao plenário que o Centro de Custo, por eixo  
31 e macro ação, poderá ser acessado *online*, a partir de segunda feira, 13/04/2015. **II)**  
32 **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NÚCLEO DE SAÚDE – 2.1) XV**  
33 **Conferência Nacional de Saúde** - A conselheira Maria Ermínia Ciliberti traz para  
34 pauta desta plenária a XV Conferência Nacional de Saúde para verificar se o GT



35 Conferências, criado em plenária anterior, deverá incorporar algum outro  
36 encaminhamento ou atividade além das tarefas deliberadas anteriormente, pois há  
37 assuntos que não foram discutidos neste pleno. Salienta que as vagas da  
38 Conferência são 50% destinadas a mulheres e acrescenta que participou da  
39 Plenária da Região Sudeste e que não poderá assumir coordenação de bancada.  
40 Tem como indicações: Marília Capponi e Dario Henrique Teofilo Schezzi.  
41 Entretanto, o plenário manifesta que os dois não poderiam devido aos seus  
42 espaços de trabalho. Dessa forma, fica indicada a conselheira Graça Maria de  
43 Carvalho Camara. Pontua que é necessário fechar o mote do CRP SP para a  
44 Conferência e buscar ampliar a representação na base estadual. Uma das  
45 inovações desta edição é a realização de Conferências Livres e uma delas tratará  
46 da questão da Saúde e do Genocídio da juventude negra. A data para a próxima  
47 reunião de organização ainda está um impasse entre os dias 22 e 28 de abril e será  
48 nessa ocasião o debate alusivo às Conferências Livres. A sugestão do plenário é  
49 de levar temas que são discutidos nos Núcleos deste CRP SP e que estão em  
50 destaque na sociedade atualmente, tais como: Violações de Direitos e seus  
51 Impactos na Saúde, Questão de Gênero, Precarização do Trabalho e seus  
52 Impactos para a Saúde. Citou-se que retrocessos importantes que têm sido notados  
53 na sociedade podem auxiliar a eleger temas transversais. A conselheira Sandra  
54 Elena Sposito, por meio da representação no Conselho Municipal de Saúde de  
55 Bauru, diz que tem acompanhado a organização da Conferência e se reunido com  
56 gestoras/es e trabalhadoras/es visando à organização de tarefas para a  
57 Conferência Municipal de Saúde. Maria Ermínia Ciliberti conta que a Conferência  
58 tem 8 (oito) eixos centrais e assim, sugere que o CRP SP apresente 24 propostas  
59 para a Saúde (3 para cada Eixo). Conta que ainda não foi publicado o Regimento,  
60 para esclarecer se as propostas das Conferências Livres seguirão diretamente para  
61 a etapa nacional. **Encaminhamentos:** 1) Aprovada a realização de Conferência  
62 Livre sobre a questão da Saúde e Genocídio de Jovens Negros. 2) A conselheira  
63 Graça Maria de Carvalho Camara será a responsável por fazer interlocução entre o  
64 GT Conferências e o Núcleo de Saúde. 3) Aprova-se que os temas que o CRP SP  
65 deve levar à discussão na Conferência são: **(a)** Violações de Direitos e seus  
66 Impactos na Saúde; **(b)** Política de Promoção da Saúde. Devem ser priorizados  
67 temas transversais, assim como “gênero”, considerando que a Conferência garantiu  
68 50% das vagas para mulheres. Incluir também temas que os Núcleos têm  
69 trabalhado e assuntos da sociedade que estão emergindo, como terceirização e  
70 precarização do trabalho. Será encaminhado e-mail aos Núcleos para que  
71 preencham as propostas de temas, sendo que o GT Conferências irá determinar



72 um prazo para os núcleos apresentarem sugestões em prol da realização e  
73 organização de Conferência Livre. **4)** Aprova-se a inclusão do conselheiro José  
74 Agnaldo Gomes no GT Conferências. **5)** Para a próxima plenária serão pautados os  
75 pontos: “Saúde Mental na Atenção Básica”, que deverá ser preparado previamente,  
76 e “Modelo de Gestão e Financiamento da Saúde”, que deverá ser trazido pelo GT  
77 Conferências, o qual pode convidar alguém que discuta a matéria para participar da  
78 plenária e expor o ponto. **6)** O extrato desta discussão deverá ser encaminhado  
79 com urgência para as Subsedes. **2.2) Conselho Estadual e Conselho Municipal**  
80 **de Saúde** – A conselheira Maria Ermínia Ciliberti informa que o CRP SP será o  
81 titular da vaga destinada ao Fórum dos Conselhos Atividades Fim da Saúde –  
82 FCAFS no Conselho Municipal de Saúde de São Paulo. Tão logo seja homologado  
83 o resultado da eleição no Conselho Estadual de Saúde, o CRP apresentará seu  
84 representante. **Encaminhamento:** A conselheira Graça Maria de Carvalho Camara,  
85 o conselheiro Aristeu Bertelli da Silva e os membros da Diretoria deverão acordar o  
86 nome que será indicado para representar o CRP no Conselho Municipal de Saúde.  
87 O prazo para essa indicação é 12 de maio, data prevista para homologação da  
88 eleição do Conselho Estadual de Saúde. **2.3) Seminário de Políticas Públicas** - A  
89 conselheira Maria Ermínia Ciliberti comunica que o próximo Seminário de Políticas  
90 Públicas será realizado em agosto de 2015 e terá como temas “Reforma Política” e  
91 “Mobilidade Urbana”. Indaga ao plenário quais as sugestões de temas para  
92 abordagem nessa atividade. **Encaminhamento:** O plenário será consultado por e-  
93 mail para que faça as indicações temáticas ao próximo Seminário de Políticas  
94 Públicas. **III) FÓRUM DE GESTORES SOBRE CONTROLE SOCIAL** – O  
95 conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho sugere que no Fórum Gestores  
96 sobre Controle Social haja interlocução a respeito das Conferências que serão  
97 realizadas no ano de 2015. A conselheira Adriana Eiko Matsumoto discorre que no  
98 sábado do Fórum de Gestores já existe a proposta de discussão acerca da  
99 Conferência de Saúde, mas que ainda não está definida, e que na sexta-feira (para  
100 o Encontro Sede e Subsedes) a ideia é fazer uma troca de saberes das/os  
101 representantes deste Conselho nos órgãos de controle social. O GT responsável  
102 pelo Fórum está verificando como será a programação e os pontos abordados.  
103 **Encaminhamento:** Os organizadores do Fórum de Gestores deverão verificar a  
104 possibilidade de discutir, no Fórum, sobre as Conferências que serão realizadas  
105 durante o ano. **IV) PCCS – PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIO** – O  
106 conselheiro secretário Guilherme Luz Fenerich introduz o assunto ao plenário,  
107 salientando que foi realizada nova reunião com a Consultoria Especializada Véli  
108 Soluções em RH no dia 19 de março p.p., ocasião em que foi entregue a este CRP



109 SP o texto definitivo do PCCS. Esta versão já contempla as soluções  
110 encaminhadas nas reuniões de 26 de fevereiro e 02 de março do ano corrente,  
111 onde se discutiu os pontos divergentes na avaliação das/os funcionárias/os do CRP  
112 e do Sinsexpro. Em 20 de março, o CRP SP recebeu do Sinsexpro, através do  
113 ofício 088/2015, uma exposição da devolutiva feita pelo DIEESE ao Sinsexpro  
114 quanto à análise técnica daquele órgão, relativa aos pontos discutidos na última  
115 reunião de 02 de março. Desta forma, este CRP solicitou ao Sinsexpro o  
116 encaminhamento formal do DIEESE concernente às análises empreendidas, para  
117 em seguida agendar nova reunião com o Sinsexpro. A Mesa Diretora acrescenta  
118 que há uma delicadeza nesta situação, uma vez que o Conselho não dispõe da  
119 versão do próprio Dieese, em que retomam as questões. A diretoria solicitou a  
120 análise do Dieese, reiterando a deliberação da plenária de março. Decidiu-se por  
121 apreciar a exposição da devolutiva feita pelo DIEESE ao Sinsexpro, conforme  
122 Ofício 088/2015-Sinsexpro, pois há cobrança por parte das/os funcionárias/os.  
123 Ressalta-se que todas as modificações efetuadas no PCCS tiveram o apoio da  
124 Consultoria Véli. As mudanças acordadas foram as seguintes: **4.1) Estrutura**  
125 **Conceitual do PCCS** - Refere-se ao cargo de assistentes técnicas/os do CRP SP,  
126 que pediram para chamar Psicólogo - Analista Técnico – PAT. Não houve destaque  
127 do plenário, que concordou com a modificação. **4.2) Quadro 4. Cargos Atuais**  
128 **versus Novos Cargos do PCCS, Técnico Administrativo e Técnico**  
129 **Administrativo das Subsedes** - Colocou-se que atualmente o cargo é de  
130 assistente de administração. A assembleia de funcionárias/os solicitou alteração  
131 para assistente administrativo e assistente administrativo das subsedes. A Véli  
132 avaliou a proposta e não apresentou óbice. Dessa forma, aprovaram-se as  
133 modificações na ocupação, que inclusive, será como constará em Carteira  
134 Profissional de Trabalho. **4.3) Das Ocupações de Designer Gráfico, Web Design,**  
135 **Assistente Tecnologia da Informação e Bibliotecário** - A descrição foi  
136 modificada pelas/os funcionárias/os com a Véli, que revisou o detalhamento das  
137 atribuições. Foi feito um rearranjo que contemplou atribuições mais detalhadas dos  
138 departamentos, de acordo com as indicações das/os trabalhadoras/es. O mesmo  
139 ocorreu com a descrição de Web Design e Assistente Tecnologia da Informação e  
140 Bibliotecário, que estavam muito sintéticos e com certa confusão de atribuições  
141 entre os departamentos. O plenário não se opôs às reorganizações. **4.4)**  
142 **Supervisor** – Alude a esclarecimento quanto ao cargo, que está em extinção  
143 quando de sua vacância, não devendo ser realizado concurso público para  
144 preenchimento de vaga. As/Os atuais supervisoras/es continuam no cargo, mas no  
145 atual PCCS esta função será ocupada por cargo de livre provimento. Não houve



146 destaque do plenário, que aprovou a propositura. **4.5) Cientista social** - Registra-  
147 se destaque em ata quanto ao cargo de cientista social que era uma assessoria  
148 para toda a Psicologia, incluindo a POT (Psicologia Organizacional e do Trabalho) e  
149 mapeamentos de todas as áreas da Psicologia. O desenho atual restringe-se às  
150 políticas públicas, somente. **4.6) Considerações Gerais** - O Concurso Público  
151 deverá ser acompanhado por uma Comissão especialmente designada, com a  
152 finalidade de se preservar a legalidade das ações do CRP SP. Esclareceu-se ao  
153 plenário que houve dúvida na assembleia de funcionárias/os sobre quem deveria  
154 compor esta comissão. Foi explicado que seriam: representante do plenário,  
155 representante do Departamento de Recursos Humanos e representante do  
156 departamento envolvido com a questão. **4.7) Avaliação de Desempenho do**  
157 **Contrato de Experiência – FAD/CE** - Com relação à avaliação de desempenho  
158 para o período probatório, foram questionados os termos disciplina e cognição.  
159 Assim, indagou-se à Véli sobre a possibilidade de excluir o nome do fator e  
160 considerar somente a descrição, o que foi acatado pela Consultoria. **4.8) Quadro 2.**  
161 **Tabela de salário dos cargos de livre provimento - Assistente de**  
162 **Coordenadoria** – A assembleia de funcionárias/os considerou que deve ser  
163 Subcoordenadora/or. A Consultoria ainda não alterou. Outrossim, houve  
164 esclarecimento na assembleia de que mais de 50% dos cargos de livre provimento  
165 serão ocupados necessariamente por trabalhadoras/es da casa e os demais,  
166 também podem ser ocupados por trabalhadoras/es do CRP SP. **4.9) Item 4.2.22 -**  
167 **‘Apoiar administrativamente o planejamento e a realização de reuniões, plenárias e**  
168 **outras atividades da COE, organizando pautas, executando registros, elaborando**  
169 **atas das reuniões e plenárias e relatórios, operacionalizando deslocamentos,**  
170 **hospedagem e infraestrutura, garantindo os encaminhamentos solicitados, com**  
171 **agilidade, se necessário’.** Houve discussão sobre o trabalho do departamento. Foi  
172 feita correção de que cabe às atribuições da COE, dentre outras, a elaboração de  
173 atas das reuniões e das plenárias e relatórios. O Sinsexpro colocou que a análise  
174 técnica do Dieese é pela supressão da conjunção e, justificando tratar-se de  
175 aumento de atribuição. O CRP SP não entendeu o argumento como justificativa  
176 técnica, mas sim como demanda das/os trabalhadoras/es, que inclusive foi  
177 discutida com as/os próprias/os funcionárias/os do Departamento da Ética, na  
178 reunião. Nesse sentido, solicitou-se o documento do próprio Dieese para entender  
179 melhor a argumentação. Recordou-se que o PCCS traz a descrição dos  
180 departamentos e não das/os trabalhadoras/es, cujo esclarecimento foi feito várias  
181 vezes durante a assembleia com as/os funcionárias/os. O indicativo da plenária é  
182 de não acatar a proposta da análise técnica. **4.10) Item 4.2.27 – ‘Oferecer**



183 subsídios e apoiar técnica e administrativamente a realização de eventos, debates,  
184 encontros e fóruns promovidos pela Comissão de Ética - COE extensivos aos  
185 participantes'. Foi questionado na assembleia que as/os administrativas/os da COE  
186 não deveriam realizar eventos, por ser atribuição do departamento de eventos.  
187 Assim, houve esclarecimento de que o Departamento de Eventos organiza os  
188 eventos, mas precisa ser subsidiado pelos departamentos que trabalham com a  
189 temática, assim se a atividade é da ética faz-se necessário o apoio cuja atribuição é  
190 do departamento da ética. O documento do Sinsexpro, via análise do Dieese,  
191 retoma a supressão deste item, que já tinha sido acordado na reunião, alegando  
192 que a descrição é vaga e abre lacuna para que a tarefa não seja realizada. A  
193 plenária propõe discutir na negociação este ponto, pois há necessidade de deixar o  
194 texto mais claro, por exemplo, resguardadas as funções do departamento de  
195 eventos. **4.11) Item 4.2.28 - 'Oferecer apoio técnico e administrativo que contribua**  
196 **com a descentralização das ações e procedimentos da COE**'. Durante a assembleia  
197 com as/os funcionárias/os, as/os administrativos da COE queixaram-se de que em  
198 ocasião anterior esta ação já foi realizada e não houve êxito. Assim, alegam que  
199 não lhes cabem a atribuição de oferecer apoio técnico e administrativo que  
200 contribua com a descentralização das ações e procedimentos da COE. Ante o  
201 exposto, foi elucidado na assembleia que a atribuição é do departamento. O ofício  
202 do Sinsexpro aponta que na análise do Dieese esta operacionalidade deve ser  
203 prevista em planejamento prévio, específico do departamento. O plenário entende  
204 que esta sugestão de planejamento não cabe no PCCS, que é um documento  
205 estruturante. Manifesta-se de acordo com o método, porém o planejamento deve  
206 ser pactuado com as instâncias superiores, o que foi, inclusive, acordado na  
207 reunião com as/os funcionárias/os. **4.12) Plano de Cargos, Carreiras e Salários –**  
208 **PCCS do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP SP** - no que  
209 tange ao cargo Profissional Analista Técnico – PAT foi feito questionamento  
210 relacionado ao item 5.4.1. – 'Conhecimento de rotinas técnico / administrativas:  
211 planejamento, pesquisa, organização e controle de processos de trabalho,  
212 documentos e atividades externas', havendo discordância quanto à palavra técnico.  
213 Não ficou claro o motivo da discordância e o Sindicato solicitou que o mesmo fosse  
214 deslindado em reunião para eventuais acertos. Na análise técnica que o Sinsexpro  
215 apresentou do DIEESE não há óbice técnico para esse ponto. A plenária  
216 concordou, não manifestou objeção. **4.13) Item 45.4.4. Redação própria e**  
217 **fluência verbal** – O Sinsexpro questiona se existe redação que não é própria. Foi  
218 explicado, conforme orientações da Véli, que se trata de quesito comumente  
219 utilizado em descrições de cargo, referindo-se à habilidade de construir um



220 documento escrito dentro de sua área de atuação. O plenário manteve o texto, pois  
221 se trata de redação usual na área de recursos humanos. **4.14) Item 4.1.6. Carreira**  
222 - Refere-se à trajetória da vida profissional, a sequência de posições ocupadas de  
223 um indivíduo na organização. O crescimento na carreira é resultado da junção de  
224 oportunidade de crescimento, desempenho do funcionário e orçamento. O  
225 Sinsexpro questionou dizendo que não concorda que o orçamento seja vinculado a  
226 este item. Igualmente foi dilucidado que conforme orientação técnica da Véli, o item  
227 destacado faz parte, na estrutura do documento do PCCS, da seção IV - Definições  
228 que apresenta os conceitos utilizados durante o documento. Nesse sentido, a Véli  
229 revela que a definição de Carreira está atrelada ao orçamento da autarquia e que  
230 os documentos do PCCS não deixam de ser, também, documentos da gestão  
231 financeira. O plenário entende que não há como desvincular o orçamento de  
232 qualquer movimentação em um PCCS. Na elaboração do orçamento anual já são  
233 previstos os valores para folha de pagamento. **4.15) Item 10.2.** - Todas/os as/os  
234 funcionárias/os deverão se manifestar, formalmente, quanto à adesão ao PCCS,  
235 assinando Termo de Adesão, dentro do prazo a ser estipulado pela  
236 Presidência/Diretoria. O Sinsexpro questionou qual seria a obrigatoriedade em  
237 assinar este Termo de Adesão. Conforme explicação da Véli, esclareceu-se que a  
238 mudança de PCCS é uma alteração contratual, obrigatoriamente bilateral, logo,  
239 assinada pelas duas partes. Empregador e trabalhadora/or. Posto isto, é necessária  
240 manifestação formal da adesão ao novo plano. As/Os funcionárias/os irão se  
241 manifestar formalmente e serão assegurados os direitos das/os trabalhadoras/es.  
242 **4.16) Item 2. Profissional de Suporte Técnico – PST, 2.1.1. Técnico**  
243 **Administrativo** – O Sinsexpro apontou que havia discordâncias, ainda não  
244 esclarecidas, quanto às seguintes atribuições/descrições: 2.2.2. Realizar visitas de  
245 expedientes junto a Fóruns e Comarcas. O plenário foi comunicado pela Mesa  
246 Diretora de que a questão já foi resolvida. Discorreu-se na reunião que esta  
247 atribuição conversa diretamente com a atribuição do Departamento Jurídico. A/O  
248 assistente administrativa/o somente fará essa tarefa quando estiver no  
249 Departamento Jurídico, portanto. Os outros departamentos não têm esta demanda.  
250 **4.17) Parte III – Avaliação do “Processo de Avaliação de Desempenho” –**  
251 **Ascensão Funcional** – Trata-se de adequação do critério para ascensão vertical  
252 com relação às faltas não abonadas, que constava um equívoco no texto. Na seção  
253 sobre **Promoção Horizontal**, o Sinsexpro questionou a respeito da concessão da  
254 promoção horizontal por merecimento e por antiguidade estar condicionada à  
255 disponibilidade financeira, devendo ser feita previsão orçamentária no exercício  
256 anterior para o exercício seguinte (item 2.5), indagando qual a garantia de que a



257 previsão será feita. O aporte de recursos financeiros para a concessão da  
258 promoção horizontal do exercício seguinte deverá ser submetido à análise e  
259 aprovação na penúltima reunião da sessão plenária do exercício findo (item 5.5).  
260 Nesse contexto, a Diretoria recuperou a orientação técnica apresentada pela Véli  
261 na primeira reunião, de que há previsão legal de realização da promoção horizontal  
262 e a Lei de Responsabilidade Fiscal já estipula previsão orçamentária para tanto.  
263 Quanto ao questionamento específico, apontou-se que os dois itens mencionados  
264 acima, 2.5 e 5.5, são instrumentos de garantia da realização da previsão  
265 orçamentária, uma vez que o item 2.5 estipula que esta deva ser feita no exercício  
266 anterior e o item 5.5 determina ao plenário que realize a análise e aprovação na  
267 penúltima plenária do ano anterior. O Sindicato se manifesta, por meio do Ofício nº  
268 088/2015-Sinsexpro, afirmando que os conselhos de fiscalização profissional não  
269 estão subordinados a Lei de Responsabilidade Fiscal. Concernente à garantia  
270 questionada para a previsão orçamentária no exercício anterior, a Diretoria  
271 evidenciou na reunião que o assunto é definido em plenária de aprovação do  
272 orçamento e que o próprio documento do PCCS é a garantia do cumprimento da  
273 plenária. **Encaminhamento:** Considerado todo o exposto e ainda eventuais  
274 medidas que seriam tomadas caso o PCCS não seja assinado, o plenário delibera à  
275 Diretoria para que siga aguardando o prazo indicado. Fica documentado que foi  
276 enviado ao Sinsexpro o Ofício ADP nº 215/15 protocolado no dia 10/04/2016, com  
277 vistas à celeridade no processo de finalização e fechamento do PCCS. Neste ofício  
278 solicitou-se ao Sinsexpro que envie o documento produzido pelo DIEESE para que  
279 se possa analisar as conclusões do órgão, pois a demora do mesmo acarreta em  
280 retardamento no processo de finalização e fechamento do Plano de Cargos,  
281 Carreira e Salários deste CRP SP, considerando, sobretudo, que foram cumpridas  
282 as datas acordadas a cada momento para a conclusão do PCCS, explanadas e  
283 discutidas em reuniões e informes de eventuais dificuldades e entraves presentes  
284 no processo, tendo em vista que na reunião realizada com as/os trabalhadoras/es  
285 desta autarquia, no dia 2 de março passado, que contou com a presença de  
286 representantes do Sinsexpro, o CRP SP apresentou todos os esclarecimentos de  
287 pontos divergentes na avaliação do Sinsexpro relatados em seu ofício 006/2015,  
288 pactuando com o coletivo pontos de alteração e manutenção do texto e  
289 considerando que nessa ocasião novamente as/os trabalhadoras/es apresentaram  
290 o desejo de celeridade em relação à assinatura do PCCS e aos trâmites  
291 subsequentes. **V) CAMPANHA NACIONAL E INSPEÇÃO NACIONAL DE**  
292 **DIREITOS HUMANOS** - O conselheiro Aristeu Bertelli da Silva expressou que depois  
293 de aproximadamente um ano e meio sem realização de uma reunião nacional da





294 Comissão Nacional de Direitos Humanos, esta ocorreu no dia 20 de março p.p.. A  
295 pauta da reunião tratou da Campanha Nacional de Direitos Humanos, que já tinha  
296 sido deliberada pela APAF, em dezembro de 2014, e deverá discutir a temática de  
297 violência de estado, sob o foco do sistema prisional e das medidas de segurança.  
298 Dessa forma, a ação nacional da Campanha ocorrerá em duas etapas: 1) o  
299 cumprimento das medidas de segurança nos Hospitais de Custódia e Tratamento  
300 Psiquiátrico de Alas de Presídio e CDP (Centro de Detenção Provisória), onde  
301 essas pessoas ficam custodiadas. 2) Trabalho em local mais amplo do Sistema  
302 Prisional. Durante o primeiro semestre de 2015, ocorreram reuniões para  
303 construções, apresentação de metodologia, discussões da Comissão de Direitos  
304 Humanos, interlocução com parceiros de COF e COE, pensando na construção da  
305 Campanha e não somente na inspeção. Ao final da reunião nacional da Comissão  
306 de Direitos Humanos, em 20 de março, foi tratada a questão da inspeção nacional,  
307 que está sendo pensada única e exclusivamente nos locais de medidas de  
308 segurança. Portanto, o combinado anterior e a deliberação de APAF não estão  
309 sendo cumpridos. A reunião foi coordenada pela coordenadora da Comissão  
310 Nacional de Direitos Humanos do CFP, Vera Paiva, e grande parte do tempo foi  
311 utilizado para prestação de contas sobre o que esta comissão decidiu e fez, sem  
312 solicitar a participação dos CRPs. São basicamente quatro frentes de ação:  
313 violência de estado; gênero; políticas de drogas; e racismo e preconceito. As  
314 diversas atividades são: internet, produção de vídeo e material escrito e construção  
315 de um Centro de Referência. A configuração do Centro de Referência foi  
316 questionada por representante do CRP SP, uma vez que já existe o CREPOP.  
317 Observou-se que não há uma Campanha Nacional de Direitos Humanos  
318 desenhada, sendo que há uma inspeção pensada pelo grupo de Psicologia Jurídica  
319 e ainda não há certeza se contará com a participação de representante da  
320 Comissão Nacional de Direitos Humanos. Essa inspeção tem instrumental para  
321 quem lida na área. Acrescenta que foi feita uma pesquisa relacionada à contagem  
322 de vários hospícios, manicômios e instituições onde existe controle e cerceamento  
323 de liberdade, pelo viés da saúde mental. Uma pessoa dessa Comissão de  
324 Psicologia Jurídica acabou tocando todo o trabalho, constituindo uma articulação  
325 entre CFP, OAB Federal e a Ampasa, que é Associação Nacional do Ministério  
326 Público de Defesa da Saúde, e isso deveria ser replicado em todos os Conselhos  
327 Regionais. Reforça que não existe uma campanha formulada realmente. Indica  
328 insegurança de que seja realizada a Campanha, sugerindo a concepção de  
329 Campanha Estadual em São Paulo que dialogue com outros CRPs, se possível. Em  
330 São Paulo, houve articulação interessante com o Ministério Público Federal. Isso



331 posto, indaga-se à plenária se concorda com a proposta da Comissão de Direitos  
332 Humanos no sentido de instituir uma Campanha Estadual de Direitos Humanos.  
333 **Manifestações do plenário:** **1)** Foi colocado que esse GT do CFP estava formado  
334 antes da APAF e já tinha instrumental, acordos, reuniões realizadas com Ministério  
335 Público e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Em verdade, já se tinha tudo  
336 planejado e não previa a participação dos CRPs nas discussões para a construção  
337 conjunta, somente operacional. **2)** O ponto foi levado para a APAF, onde se pensou  
338 no tema da Campanha e da Inspeção. O conselheiro Aristeu Bertelli da Silva tentou  
339 diversas vezes que esse encaminhamento fosse realizado, inclusive junto com  
340 outros conselhos regionais, nesse espírito de construir conjuntamente. O que deixa  
341 esse CRP em uma situação complicada, uma vez que, ao mesmo tempo em que foi  
342 quem propôs o mote e que levou a proposta das inspeções nacionais, está agora  
343 avaliando que talvez não possa compor com o que está sendo proposto. É  
344 importante pensar em como isso será trabalhado na relação com outros Conselhos  
345 Regionais., além de pensar nas atividades que serão realizadas em São Paulo,  
346 mas mantendo o cuidado de não romper as relações, principalmente, com os  
347 demais CRPs. De alguma forma, ao propor este tema para APAF, o CRP SP ficou  
348 com muita visibilidade. **3)** Defende-se que o CRP SP realize uma Campanha  
349 Estadual de Direitos Humanos e, na medida do possível, articule com outros  
350 Regionais. **4)** Pontua-se a dificuldade em trabalhar as ações nacionalmente: o CRP  
351 SP levou para a APAF o tema, para que houvesse uma política nacional de Direitos  
352 Humanos, encaminhou-se que fosse chamada uma reunião nacional, o que não  
353 aconteceu. Já há mote para a Campanha, que é sobre violência de estado e os  
354 genocídios. Também já havia um projeto estadual de fiscalização de medidas de  
355 segurança, portanto, é possível compor a inspeção regional. E há, em favor do CRP  
356 SP, todas as tentativas que foram realizadas de que fosse estabelecida uma  
357 política nacional. Mas, é fundamental que não seja um boicote a possível  
358 Campanha Nacional, talvez dizendo nas reuniões que São Paulo fará de outra  
359 forma, pois, da maneira proposta, não é possível, considerando que outros  
360 Regionais também estão com essa dificuldade. **5)** Reforça-se que o modo como foi  
361 conduzido a questão foi complicado, pois houve esforço em discutir no Sistema  
362 Conselhos de Psicologia sobre a Campanha, e na primeira reunião das Comissões  
363 de Direitos Humanos depois de um ano e meio, informa-se sobre como será feita,  
364 que terá grande visibilidade, mas que não foi construída coletivamente. **6)** Acredita-  
365 se que é necessário avaliar a razão de ter havido durante muitos anos pessoas  
366 externas na coordenação da Comissão de Direitos Humanos, se há vantagens  
367 nesse tipo de coordenação e qual a posição de São Paulo em relação ao exposto.



368 Pondera que se perdeu o método de construção de políticas dos direitos humanos.  
369 Problemas alusivos à campanha não são recentes: houve sérias dificuldades em  
370 campanhas anteriores e o relatório da inspeção é produzido por mérito de poucas  
371 pessoas que conduzem o processo. Acredita-se que o CRP SP não tem condição  
372 de fazer duas campanhas. Assim, sugere-se adaptar a proposta ao que é possível.  
373 Também é preciso avaliar porque o CRP SP não conseguiu incorporar uma das  
374 metas de cerca de 6 ou 7 anos atrás, correlata às questões de Direitos Humanos no  
375 que tange à rotina de orientação e fiscalização da entidade. **7)** Questiona-se como  
376 a CDH pensou o método para fazer a negociação política com o Sistema. Na última  
377 APAF foi feito um acordo que não foi encaminhado. É necessário muito  
378 investimento, ao mesmo tempo em que é uma ação fundamental que precisa ser  
379 realizada. Comenta-se que o método de trabalho da gestão do CFP não é um  
380 problema novo. Assim, defende-se que São Paulo faça a Campanha estadualmente  
381 e, em relação às instâncias nacionais, o CRP SP deve verificar quais são  
382 possibilidades de ação nacionalizada. A marca de São Paulo deve ser de uma  
383 postura política positiva, construtiva no âmbito nacional, ou seja, tentar articular as  
384 ações com o Conselho Federal de Psicologia, no que houver acordos, trabalhar  
385 juntos, e para o que não for possível, o CRP SP fará as ações regionais que  
386 entender necessárias. **8)** Informa-se que o Núcleo Questões da Terra, Raça e Etnia  
387 tem discutido muito a questão do genocídio da população negra. Uma das ações  
388 que tem tentado articular se relaciona às ações interestaduais, como a  
389 possibilidade de lançar um caderno em parceria com outros CRPs. É importante  
390 também articular outras ações que não sejam somente eventos. **9)** Acentua-se a  
391 necessidade de lançar cadernos de vários âmbitos e sugere-se que seja  
392 considerada a interface entre violência de estado e o genocídio. **10)** Comenta-se  
393 sobre a diferença em relação a como a questão da mediação tem sido tratada  
394 nacionalmente, pois o CFP, nesse caso, não tem outro projeto. Já para a  
395 Campanha Nacional de Direitos Humanos, há dois projetos distintos dentro do  
396 próprio CFP. O CRP SP já tem trabalhando o tema da violência de estado, que foi  
397 incluído no Planejamento Estratégico, e já existe um projeto de inspeção de  
398 manicômios judiciais, portanto, é algo que estava próximo. Seria uma forma de  
399 colocar o tema para debate, trazendo o que a Psicologia tem a ver com isso. Para  
400 as inspeções, havia um plano traçado e um instrumental desenhado. Pode-se  
401 pensar em realizar parceria com a Defensoria Pública e com o Conselho Estadual  
402 de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Condepe a fim de fazer estas  
403 fiscalizações em Unidade de Cumprimento de Medidas de Segurança. Propõe-se  
404 articulação com os movimentos sociais que têm observatórios que denunciam



405 situações de violência de estado, assumindo como eixo o genocídio. Assim,  
406 potencializar e dar visibilidade a essas violências. **Encaminhamento:** O plenário  
407 homologou que será realizada a Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP  
408 SP. Deverá ser retomado o mote da Campanha, que foi levado à APAF. Sobre a  
409 inspeção, deve-se tentar em instituição de cumprimento de medida de segurança,  
410 como: Franco da Rocha e Vale do Paraíba. Incumbe-se à Comissão de Direitos  
411 Humanos avaliar quando haverá inspeção e convocar uma reunião de organização,  
412 chamando os demais coletivos do plenário com o objetivo de traçar as estratégias  
413 da campanha e inspeção. É preciso continuar o projeto de fiscalização em unidade  
414 de cumprimento de medidas de segurança, iniciativa planejada em parceria com a  
415 Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **VI) ASSEMBLEIA DE POLÍTICAS,  
416 DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS - APAF (30 e 31 DE MAIO DE 2015) -**  
417 A conselheira Elisa Zaneratto Rosa informa que a data da APAF coincidirá com o  
418 Fórum de Gestores Ampliado, de 29 e 30 de maio de 2015. O Fórum de Gestores  
419 contará com a participação de colaboradoras/es que estão em órgãos de controle  
420 social e também representando o CRP SP em espaços de garantia de direitos, que  
421 não são especificamente conselhos de controle social. Avalia-se que este plenário  
422 não deve modificar a data do fórum, porém esse ocorrerá sem a presença de 5  
423 (cinco) conselheiras/os, que comporão a delegação do CRP SP na APAF. Coloca-  
424 se a necessidade de definir a delegação para a Assembleia das Políticas, da  
425 Administração e das Finanças programada para os dias 30 e 31/05, em Brasília. O  
426 CRP SP deve responder ao CFP até o dia 17 de abril de 2015, conforme prazo pré-  
427 estabelecido. Contudo, ainda não se sabe quais serão os pontos de pauta da  
428 APAF. O CFP sinalizou que a primeira remessa de materiais será enviada aos  
429 CRPs no dia 15 de abril. Recorda-se que no dia 29 de maio, a partir das 10h,  
430 haverá a reunião presencial de Presidentes e Tesoureiros do Sistema Conselhos.  
431 Informa-se também a necessidade de definir quais pontos solicitados por este CRP  
432 SP, que estão pendentes, deverão ser repautados. **Manifestações do plenário: 1)**  
433 **Dos pontos remanescentes solicitados pelo CRPSP** – o plenário discutiu sobre a  
434 manutenção ou não dos pontos solicitados, quais sejam: **a)** Redução da Maioridade  
435 Penal; **b)** Decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre Avaliação Psicológica em  
436 Concursos Públicos não ser Eliminatória em Processos de Seleção Pública; **c)**  
437 Exame de Proficiência; **d)** Título de Psicólogo Honorário dos Ditadores Médici e  
438 Geisel; **e)** Acupuntura; **f)** Revista Diálogos; **e, g)** Participação do Sistema Conselhos  
439 nas Conferências Nacionais (Controle Social) de 2015. Sobre o ponto **Exame de**  
440 **Proficiência** a conselheira Maria Ermínia Ciliberti pontua que a posição do CFP é  
441 mais conservadora na questão da formação, e que cabe uma análise de conjuntura.



442 A questão do exame de proficiência mudou muito e deve ser atualizada no que  
443 tange à avaliação do curso de Psicologia. O CRP SP precisa debater sobre o  
444 ensino superior, considerando a política de avaliação desse ensino como resposta  
445 ao exame. Indica-se a manutenção da matéria, dada a importância de estar no  
446 cenário, porém há dúvida quanto ao prazo, se será suficiente, para atualizar o  
447 material de subsídio à APAF. Pontos que devem ser pautados pelo CRP SP:  
448 Informa-se que os pontos de pauta podem ser solicitados pelos Conselhos  
449 Regionais de Psicologia até o dia 15 de maio, e devem seguir acompanhados de  
450 material de subsídio ou caracterização: breve explanação e descrição do objetivo  
451 do ponto. Indica-se a inclusão do ponto “Saúde Suplementar” na pauta da APAF.  
452 GTs Nacionais: o conselheiro Jonathas José Salathiel da Silva coloca que o GT  
453 APAF para Evidenciar a Resolução nº 18/2002 ainda não trabalhou sobre os  
454 encaminhamentos da APAF de 2013. A Mesa Diretora pontua que este Grupo de  
455 Trabalho já estará como pauta da APAF e que o plenário deve refletir, para a  
456 próxima plenária, como será feito com as pautas de APAF para os GTs tocarem,  
457 como abrangência nacional, e, que, no entanto, não estão avançando. Assim  
458 sendo, este plenário deverá, durante as sessões ordinárias de maio (08 e 09/05),  
459 dizer qual a posição em relação aos GTs Nacionais. Considerando o conteúdo do  
460 Regimento da APAF e o acordo político estabelecido entre os CRPs e o CFP nas  
461 últimas Assembleias, este CRP SP precisa indicar no máximo 5 (cinco)  
462 delegadas/os, sendo que, destes, 2 (dois) serão suplentes. Não pode haver  
463 substituição de delegadas/os durante a discussão de ponto, o que é permitido  
464 somente no início. Retoma-se a impossibilidade de participação dos membros que  
465 integram o GT de organização do Fórum de Gestores: Adriana Eiko Matsumoto,  
466 Aristeu Bertelli da Silva, Dario Henrique Teófilo Schezzi e Maria Ermínia Ciliberti.  
467 **Encaminhamento: 1) Pontos pendentes** - O plenário solicitará a manutenção dos  
468 pontos: (a) Redução da Maioridade Penal, que deve ter o material atualizado pelo  
469 Núcleo de Criança e Adolescente; (b) Decisão do Superior Tribunal de Justiça  
470 sobre Avaliação Psicológica em Concursos Públicos não ser Eliminatória em  
471 Processos de Seleção Pública, mantendo a minuta da Revisão da Resolução CFP  
472 nº 01/2002; (c) Exame de Proficiência, sendo que o coordenador do Núcleo de  
473 Formação, Silvio Yasui, deverá ser consultado, com o indicativo que o título do  
474 ponto não será proficiência e sim avaliação do ensino superior, caberá também ao  
475 Núcleo de Formação a preparação dos materiais de subsídio da discussão em  
476 plenária e para a APAF; (d) Título de Psicólogo Honorário dos Ditadores Médicos e  
477 Geisel, sendo que precisarão ser inclusos dados relacionados à origem da referida  
478 titulação; (e) Acupuntura, sendo que os materiais de subsídio deverão ser



479 atualizados, trazendo, sobretudo, a Nota Técnica elaborada por este CRP SP  
480 pertinente a matéria; e (f) Revista Diálogos, com novo título: “Revistas do Sistema  
481 Conselhos”, sendo que o ponto será ampliado considerando as revistas da conta  
482 divulgação, devendo esclarecer acerca da não utilização dessa conta para os  
483 cadernos do CREPOP, pois este recurso cabe ao orçamento do Crepop. O assunto  
484 “conta divulgação” será incluído por este CRP SP como pauta na reunião de  
485 tesoureiros. Homologou-se a não manutenção do ponto “Participação do Sistema  
486 Conselhos nas Conferências Nacionais (Controle Social) de 2015”. **2) Pauta da**  
487 **APAF** – Tão logo a pauta da APAF seja encaminhada pelo CFP, deverá ser  
488 repassada para conhecimento e consideração do plenário quanto aos novos pontos  
489 pautados. **3) Inclusão de novos pontos de pauta** – o plenário acorda a inclusão do  
490 ponto “Saúde Suplementar”, cujos subsídios devem ser preparados pelo Núcleo de  
491 Saúde. **4) Delegação do CRP SP para a APAF** – o plenário pactua que a delegação  
492 deverá ser composta da seguinte forma: Elisa Zaneratto Rosa e Gabriela Gramkow,  
493 já estariam em Brasília por ocasião da reunião presencial de presidentes e  
494 tesoureiros, que antecede a APAF; Guilherme Luz Fenerich, que participará do  
495 Fórum de Gestores na sexta-feira, 29/05, e comporá a delegação do CRP SP na  
496 APAF, se deslocando a Brasília no sábado, 30/05; e Luís Fernando de Oliveira  
497 Saraiva. O plenário solicita que sejam consultados Janaína Leslão Garcia e Moacyr  
498 Miniussi Bertolino Neto, nessa ordem, sobre disponibilidade em compor a  
499 delegação. **VII) 9º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA** – A conselheira  
500 Elisa Zaneratto Rosa posiciona a respeito do recebimento de ofício do CFP que  
501 discorre sobre a realização do 9º. Congresso Nacional da Psicologia – CNP, em  
502 2016. O CNP será discutido na APAF de maio próximo, para definição de tema,  
503 eixos e membros da Comissão Organizadora Nacional – COMORG. Com vistas à  
504 organização da discussão na APAF, o CFP solicita aos CRPs que sugiram tema e  
505 eixos para a nona edição do CNP. Recordou-se ao plenário quais foram os temas e  
506 eixos dos CNPs anteriores: **1ª edição (1994)** – “Processo constituinte – repensando  
507 a psicologia”, Eixos “Entidades e organização política”; “Exercício profissional”, e  
508 “Formação profissional”. **2ª edição (1996)** – “O psicólogo vai mostrar a sua cara”,  
509 Eixos “Formação e exercício profissional”; “Leis 4.119 e 5.766”; “Eleições  
510 nacionais”. **3ª edição (1998)** – “Psicologia: interfaces – políticas públicas –  
511 globalização”, Eixos “Globalização”; “Interfaces” e “Políticas públicas”. **4ª edição**  
512 **(2001)** – “Qualidade, ética e cidadania nos serviços profissionais: construindo o  
513 compromisso social da psicologia”, Eixos “Profissão”; “Direitos humanos”; “Políticas  
514 públicas”; “Conselhos de Psicologia”, e “Formação”. **5ª edição (2004)** –  
515 “Protagonismo social da psicologia”, Eixos: “Políticas públicas”; “Inclusão social e



516 direitos humanos” e “Exercício profissional”. 6ª edição (2007) - “Do discurso do  
517 compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto  
518 coletivo da profissão”, Eixos: “Aperfeiçoamento democrático do Sistema  
519 Conselhos”; “Diálogos para a construção dos projetos coletivos da profissão”, e  
520 “Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais”. 7ª edição (2010) -  
521 “Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político  
522 para a profissão”, Eixos: “Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos”;  
523 “Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício  
524 profissional”, e “Diálogo com a sociedade e com o Estado”. 8ª edição (2013) –  
525 “Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de  
526 Direitos”, Eixos: “Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas  
527 de interação com a categoria”; “Contribuições éticas, políticas e técnicas nos  
528 processos de trabalho”; “Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas  
529 Políticas Públicas”. Ante o exposto, pontua-se a necessidade de indicar temas e  
530 eixos para o 9º. CNP que respondam sobre quais são as questões da Psicologia e  
531 do Sistema Conselhos neste momento. É fundamental apontar e discutir sobre o  
532 que se quer para o futuro. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti comenta sobre a  
533 consolidação do Sistema Conselhos. Sugere reunião entre os CRPs da região  
534 sudeste, pois devem cruzar os interesses da sociedade e da categoria com a  
535 conjuntura nacional. Como propor ao CFP um método para amadurecer essa  
536 discussão para a APAF? Dialogar com os CRPs é um modo, porém a  
537 democratização é preocupante. A conselheira Ilana Mountain sugere o tema  
538 “Democratização”, que entende ser uma questão fundamental, pensando na  
539 conjuntura política, dentro do eixo de Direitos Humanos, considerar a defesa de  
540 direitos. O conselheiro Aristeu Bertelli da Silva entende que deve ser preparado  
541 esse ponto previamente à APAF, e, para tanto, a necessidade de reunir um grupo  
542 menor, com membros da Diretoria e plenária que faça essa discussão. A  
543 conselheira Maria Ermínia Ciliberti também sugere temas que a categoria queira  
544 discutir e defende que seja feito um Congresso que fale de Psicologia para  
545 psicólogas/os. Sugestões de Eixos - “Contra a corrupção fora e dentro do Sistema  
546 Conselhos”, “Sobre a participação”; “Trabalho da Psicologia para psicólogas/os”; “O  
547 trabalho da/o psicóloga/o no novo cenário da sociedade”; “O diálogo com o novo”. A  
548 conselheira Sandra Elena Sposito propõe pauta de plenária para qualificar a  
549 discussão, pensando na mediação e escuta com a categoria. Defende-se a  
550 proposta de construção de GT que reflita o assunto e que seja o organizador do  
551 COREP SP. **Encaminhamento: 1)** Foi constituído Grupo de Trabalho que deverá  
552 pensar e preparar o ponto para a APAF, bem como, será a Comissão Organizadora



553 para o 9º. COREP/CNP, a saber: Ilana Mountian, Joari Aparecido Soares de  
554 Carvalho, Jonathas José Salathiel da Silva, Elisa Zanaretto Rosa e Bruno Simões  
555 Gonçalves. **2)** Deverá ser proposto ao CFP que realize reuniões por regiões. **3)** Foi  
556 definida a proposta do CRP SP para o tema e eixos do IX CNP: Psicologia e  
557 compromisso com a defesa de direitos: participação social e projeto ético político de  
558 profissão. Eixos: E1 - Democratização do Sistema Conselhos e relação com a  
559 sociedade e o Estado; E2 - Trabalho do Psicólogo, Participação Social e Garantia  
560 de Direitos e E3 - Produção de Referências e Regulamentações a partir da Prática  
561 Profissional. **VIII) RECOMPOSIÇÃO DE COMISSÃO GESTORA, NÚCLEOS E GT**  
562 – **8.1) Comissão de Ética** - Foi aprovada a inclusão, como membros, de Camila  
563 Vergara Lopes Silva (CRP 06/65296) e Ana Ferri de Barros (06/81348) e a inclusão  
564 como colaboradoras/es de Anisha Gonçalves Santana (CRP 06/123041), Paulo  
565 Alexandre Françoso (06/123088), Raizel Rechtman (06/115233), Miguel Gambelli  
566 Lucas (06/83541). **8.1.1) Subsede de Assis** – Aprovou-se a inclusão, como  
567 colaboradoras/es de COE para a Subsede de Ana Maria Uliana (CRP 06/32586),  
568 Andreia Sanches Garcia (CRP 06/41026), Barbara Sinibaldi (CRP06/100676),  
569 Elisabeth da Silva Gelli (CRP 06/818) e Heloisa Maria Heradao Rogone (CRP  
570 06/7963). **8.2) Núcleo de Criança e Adolescente** – Homologou-se a inclusão dos  
571 membros Claudia Guzzardi Altieri (CRP 06/32563), Ana Paula Rodrigues (CRP  
572 06/124897) e Marina Decot Sdoia (CRP 06/108019). **8.3) Comissão de Políticas**  
573 **Públicas** – O plenário anuiu a inclusão de Thiago Ribeiro Pereira de Lira  
574 (06/124362), como membro. **8.4) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte - 8.4.1)**  
575 **Subnúcleo Assistência Social** – Nomeou-se Bruno Monteiro Carlos (06/80726)  
576 como coordenador do Subnúcleo Assistência Social em substituição à psicóloga  
577 Alissandra Calderaro Soares da Silva. **8.4.2) Subnúcleo Sexualidade e Gênero** –  
578 Elegeu-se a colaboradora Bruna Lavinias Jardim Falleiros (06/87314) como  
579 coordenadora do Subnúcleo Sexualidade e Gênero. **8.5) Subsede do Grande ABC**  
580 – Foi aprovada a exclusão das/os colaboradoras/es da Subsede Grande ABC,  
581 Robson Thiago Barbosa Nakagawa (CRP 06/94073) e Suzana de Melo Contieri  
582 (CRP 06/61787). **8.6) Subsede do Ribeirão Preto** – Confirmada a inserção de  
583 Miguel Gambelli Lucas (06/83541), como coordenador do Subnúcleo de Psicologia  
584 Organizacional e do Trabalho da Subsede. **8.7) Sexualidade e Gênero** - Foram  
585 aprovadas as inclusões de Aline Alves da Silva Travaglia (06/126001), como  
586 membro, e das sociólogas Márcia Balades e Yasmin Nóbrega de Alencar que  
587 figurarão como convidadas/colaboradoras. **8.8) Núcleo de Educação** – O plenário  
588 referendou a inclusão de Brisa Bejarano Campos (06/94625), como membro do  
589 Núcleo de Educação. **8.9) Subnúcleo Psicologia e Povos Indígenas** – Aprovada





590 a supressão do nome de Danilo da Silva Guimarães (06/95800) do Subnúcleo. Fica  
591 o indicativo de inclusão de Mary Ueta (06/64673) para o Subnúcleo, mas será  
592 necessário consultar a nova coordenação, psicóloga Lumena Celi Teixeira  
593 (06/24841). **IX) CREDENCIAMENTO DE SITES** – O conselheiro secretário  
594 Guilherme Luz Fenerich submeteu ao plenário a análise de 23 (vinte e três)  
595 processos de credenciamento de site. **Encaminhamento:** O plenário manifestou  
596 parecer favorável à aquisição de selos para o site das/os psicólogas/os com os  
597 protocolos que seguem: 806118213 (CRP 06/21877), 706417752 (CRP 06/113701),  
598 606018205 (CRP 06/122977), 406018278 (CRP 06/101233), 606718055 (CRP  
599 06/87682), 406018482 (CRP 06/123964), 806317706 (CRP 06/55982) e 106217993  
600 (CRP 06/78682). Concedeu parecer desfavorável aos pedidos com os seguintes  
601 protocolos: 806808144 (CRP 06/96049), 006719057 (CRP 06/116857), 706018906  
602 (CRP 06/67874), 206519013 (CRP 06/123942), 406618738 (CRP 06/93867),  
603 606418456 (CRP 06/119738), 606318767 (CRP 06/102943), 606418413 (CRP  
604 06/104834), 206215495 (CRP 06/76663), 706418842 (CRP 06/102788), 106118327  
605 (CRP 06/107708). Não se aplica os pedidos de credenciamento de site para os  
606 seguintes protocolos: 706617863 (CRP 06/94893), 206618226 (CRP 06/93676).  
607 Aprovou o Cancelamento dos sites com os seguintes protocolos: 006718162 (CRP  
608 06/121539), 106218441 (CRP 06/108167), conforme folha anexa que é parte  
609 integrante desta ata. Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira presidenta  
610 deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário Guilherme Luz  
611 Fenerich, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os  
612 presentes. São Paulo, 11 de abril de dois mil e quinze.

---

Adriana Eiko Matsumoto

---

Bruno Simões Gonçalves

---

Aristeu Bertelli da Silva

---

Camila de Freitas Teodoro

---

Elisa Zaneratto Rosa

---

Dario Henrique Teófilo Schezzi

---



**Conselho Regional  
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia  
Conselho Regional de Psicologia da  
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410 020, São Paulo, SP  
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306  
e-mail info@crpsp.org.br  
website www.crpsp.org.br

---

Gabriela Gramkow

---

Jonathas José Salathiel da Silva

---

Graça Maria de Carvalho Camara

---

Lívia Gonsalves Toledo

---

Guilherme Luz Fenerich

---

Maria das Graças Mazarin de Araújo

---

Ilana Mountian

---

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

---

Joari Aparecido Soares de Carvalho

---

Sandra Elena Sposito

---

José Agnaldo Gomes

---

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

---

Maria Ermínia Ciliberti